

# O PRECARIADO NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013: UM OLHAR SOBRE AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHISTA

THE PRECARIARY IN THE MANIFESTATIONS OF JUNE 2013: A LOOK AT THE FORMS OF ORGANIZATION OF THE LABOR CLASS

QUADROS, Rosana Paiva Soares de<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Pós-graduada em Gestão Pública pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá-RJ. Assistente Social da Polícia Militar de Minas Gerais (Belo Horizonte/MG).

SOARES-QUADROS JR., João Fortunato<sup>2</sup>

<sup>2</sup>Doutor em Educação Musical pela Universidad de Granada (Espanha). Docente do Departamento de Música da UFOP (Ouro Preto/MG).

QUADROS, Mara Rachel Souza Soares de<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Doutora em Ciências da Educação pela Universidad de Granada (Espanha). Pedagoga da Coordenadoria de Desenvolvimento Pessoal - PROGEP-UFOP (Ouro Preto/MG).

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a conjuntura da crise do capital associada às formas com que a classe trabalhadora vem se organizando na atualidade, especialmente os trabalhadores precarizados. Por outro lado, esse estudo busca a interlocução entre os acontecimentos das manifestações de rua ocorridas no Brasil em junho de 2013 - período conhecido como A Primavera Brasileira - e seus desdobramentos pós-movimento. Com base em uma ampla revisão de literatura, foi possível verificar que a crise econômica internacional e a insatisfação do povo com a condução política do Governo Federal foram os fatores motivadores para a insurreição do movimento. Além disso, estudos apontam que o precariado representava grande parte do público participante das manifestações e que a ausência de engajamento em uma classe trabalhista dificultou a organização do movimento e a consequente conquista das principais pautas reivindicadas. Apesar disso, as manifestações de junho de 2013 demonstraram a necessidade que a população tem de ocupar as ruas e de sentir seus protestos ouvidos e reconhecidos, mesmo estando à margem das conquistas políticas, econômicas e sociais do país.

**PALAVRAS-CHAVES:** Manifestações. Precariado. Crise do capitalismo.

The precariat in the June 2013 demonstrations: a look at the forms of organization of the working class

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the conjuncture of the capital crisis associated with the ways in which the working class has been organizing itself today, especially the precarious workers. On the other hand, this study seeks an interconnection between the events of the street demonstrations that took place in Brazil in June 2013 - a period known as the Brazilian Spring - and their post-movement developments. Based on a whole literature review, it was possible to verify that the international economic crisis and the dissatisfaction of the people with the political conduct of the Brazilian Government were the motivating factors for the insurrection of the movement. In addition, studies point out that the precariat represented a large part of the public participating in the demonstrations and that the lack of engagement in a labor class made it difficult to organize the movement and the consequent achievement of the main demands. Nevertheless, the demonstrations of June 2013 demonstrated the population's need to occupy the streets and to feel their protests heard and recognized, even though they are on the margins of the country's political, economic, and social achievements.

**KEYWORDS:** Demonstrations. Precariat. Capital crisis.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a conjuntura da crise do capital associada às formas com que a classe trabalhadora vem se organizando na atualidade, especialmente os trabalhadores precarizados. Por outro lado, esse estudo busca a interlocução entre os acontecimentos das manifestações de rua ocorridas no Brasil em junho de 2013 - período conhecido como A Primavera Brasileira - e seus desdobramentos pós-movimento. A relevância desse tema tem como fundamento a situação de exploração da classe trabalhadora, a qual vem vivenciando nos últimos anos uma crise de maior magnitude do que a vivenciada com a crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929 (MARGATO, 2016). Crises como essas são inerentes ao capitalismo, considerando que este é um sistema cíclico com vários declínios que, estrategicamente, cria novas formas para sua manutenção.

## O PRECARIADO E A CRISE DO CAPITAL NO BRASIL

O capital é visto por Netto e Braz (2006) como uma relação social que possui um caráter histórico e que está em constante transformação. Além disso, o capital possui caráter processual e é dinamizado através de suas contradições. Segundo Netto (2012), o capitalismo tem na mobilidade e nas mutações algumas de suas características inerentes, ocasionadas pelo rápido e intenso desenvolvimento em suas forças produtivas. Para sua manutenção, o capitalismo se adequa à realidade daquele momento para que possa concentrar e centralizar mais o capital, gerando cada vez mais lucros em função da exploração da classe trabalhadora.

Vários autores consideram que a crise estrutural do capital teve início a partir de 1970 (MANDEL, 1990; NETTO, 2012). Segundo Mészáros (2002), essa crise se distingue das outras devido ao seu alcance mundial por causa da globalização e suas mudanças no que tange às relações trabalhistas, afetando a humanidade como um todo. O capitalismo deixou de vivenciar seus períodos cíclicos que revezavam entre expansão e recessão e passou a sofrer inúmeros processos de declínio e aprofundamento da crise. Cabe observar que o crescimento capital sempre esteve atrelado à exploração da classe trabalhadora, a partir de trabalhos cada vez mais precarizados e da aniquilação do meio ambiente, demonstran-

do toda a sua processualidade desorientada e altamente destrutiva.

A esse respeito, Mészáros (2002) analisou a crise estrutural do capital ocorrida nos últimos cinquenta anos e verificou que ela apresenta como novidade quatro aspectos fundamentais:

(1) seu caráter universal que não se restringe a uma esfera particular [...]; (2) seu alcance é verdadeiramente global [...]; (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...] (p. 796).

Um exemplo disso foi a crise financeira ocorrida no mundo no ano de 2008, que obrigou os governos de diferentes países a injetarem trilhões de dólares na economia para tentar salvar a saúde financeira de vários bancos e empresas privadas (O GLOBO, 2014). Não obstante, todo esse investimento impactou severamente a dívida pública dos Estados nacionais, agravando ainda mais a crise do capital. Essa situação apresenta relação direta com a perspectiva de Karl Marx sobre o capitalismo. Esse autor acredita que o capitalismo é autodestrutivo e busca extrair toda e qualquer forma de mais-valia (MARX, 2010). Entretanto, é importante observar que uma crise financeira pode muitas vezes ser um sintoma de uma crise muito mais ampla, causada por fatores subjacentes à economia real.

Durante a crise econômica de 2008, o Brasil vivia uma época de crescimento econômico e uma relação positiva com o mercado, inclusive o internacional. Diante do desgaste do neoliberalismo no mundo, surgiram novos projetos desenvolvimentistas nos países da América Latina (dentre eles o Brasil), considerados por muitos como uma possível terceira via societal, isto é, nem liberal, nem socialista (SAMPAIO JR., 2012). Essa terceira via pode ser considerada como uma versão bem leve da estratégia de ajustes econômicos ao capital financeiro. Assim sendo, foi desenvolvido no Brasil uma nova estratégia do capital nomeada **novo desenvolvimentismo** ou **neodesenvolvimentismo**. De acordo com Gonçalves (2012), esse modelo se distinguia do projeto anterior pelo fato de associar crescimento econômico com justiça social. Nesse contexto, a classe dominante continuava a determinar quais ações eram prioridades, pois não rompia com o neoliberalismo, mas diminuía

sobremaneira as intervenções estatais nas políticas sociais (DOURADO, 2002).

Gonçalves (2012) atesta que a diferença entre o neodesenvolvimentismo e o projeto neoliberal é a tentativa de diminuir os efeitos da ordem social capitalista sobre o crescimento, a indústria nacional e a pobreza. Tomando como exemplo o Brasil, é possível observar que, dentro dessa ótica, não existiam questionamentos se a igualdade social e a soberania nacional poderiam ser contrárias ao projeto neoliberal. Ao supervalorizar o positivo e desconsiderar os aspectos negativos, criou-se uma ideia de que essas contradições não existiam e o momento vivenciado era de grande crescimento, com distribuição de renda e aumento da soberania nacional (THERBORN, 2001).

Em conformidade com Singer (2012), o capitalismo brasileiro apresentou entre os anos de 2003 e 2012 alguns dos melhores desempenhos econômicos de todos os tempos através da política neodesenvolvimentista. Esse autor afirma que apesar do processo de crise generalizada do capital, a economia brasileira foi alavancada pela grande lucratividade bancária, o crescimento acelerado da indústria da construção civil, da mineração, do agronegócio e do setor energético. Através dessa nova formatação, caberia ao Estado buscar meios de recompor sua função social, criando novos empregos e estruturando novas políticas de recuperação do salário mínimo e de redistribuição de renda. Enquanto isso, haveria uma valorização da economia nacional, a partir do processo de reindustrialização pautada na substituição de importações e que seria financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Diante desse contexto, surge no Brasil uma nova condição de trabalho através do atual regime de acumulação pós-fordista via terceirização empresarial, privatização neoliberal e financeirização do trabalho: o **proletariado precarizado**, ou seja, o **precarizado**. Braga (2012) remete-se a Karl Marx para delimitar o conceito de precariado como sendo a “superpopulação relativa, excluindo-se os trabalhadores qualificados e a população pauperizada; o precariado é formado pela camada da população latente, flutuante e estagnada” (ASSAD, 2014, p. 18)<sup>1</sup>.

O termo precariado originou-se da junção das palavras proletariado e precário, representando uma categoria profissional que abarca trabalhadores desqualificados e semiquilificados que são descartáveis ao mercado de trabalho, jovens à procura do primeiro emprego, trabalhadores recém-saídos da informalidade e trabalhadores sub-remunerados (BRAGA, 2012). De igual maneira, eles representam a maior parte da classe trabalhadora na atualidade, situados na periferia do sistema capitalista e submetidos a condições de trabalho impróprias. Nesse sentido, o precariado caracteriza-se como um indivíduo que está imerso no mundo do consumismo e na crença da meritocracia, porém que tem todas as características e exploração do proletariado. É uma nova geração de trabalhadores cujas noções de cidadania e trabalho passam muito mais pelas ambições por consumo do que pelos valores de classe social, direitos de trabalho e sindicalização (VICENTE, 2013).

Em uma perspectiva histórica, o precariado tem origem nos novos movimentos sociais de rebeldia originados tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos e no Brasil (STANDING, 2014). Segundo Assad (2014), as sucessivas crises do capital - tais como a crise do México (em 1994), da Rússia (em 1998) e a crise econômica mundial de 2008 - afetaram especialmente a superpopulação relativa. Elas se viram destituídas das garantias sociais relativas ao vínculo empregatício, como estabilidade de emprego e renda e a representação política.

Standing (2014) categoriza o precariado em três tipos. O primeiro deles, os *atávicos*, diz respeito aos trabalhadores com pouca ou nenhuma instrução acadêmica e que são atraídos facilmente pelo carisma das vozes populistas e que tendem a serem levados para a extrema-direita devido à ausência de uma agenda progressista que atenda às suas necessidades. O segundo tipo, os *nostálgicos*, é constituído pelos migrantes e pelas minorias, com grande tendência a serem politicamente passivos e desprendidos. Finalmente, o terceiro tipo é formado por trabalhadores instruídos e que experimentam um sentimento de frustração quanto à mudança de status devido à força do trabalho e da falta de oportunidade, sendo chamados de *boêmios* ou *progressistas* e são considerados como o grupo potencialmente transformador do precariado. A partir desse contexto, buscaremos discutir a relação entre o precariado e as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, também denominada de “A Primavera Brasileira” (FERREIRA-FILHO; FRAGA, 2020).

<sup>1</sup> Segundo Assad (2014, p. 18), “a população flutuante é a parte da classe trabalhadora formada pelos que entram e saem do mercado de trabalho, pois são contratados e demitidos muito rapidamente pelas empresas; a população latente é composta por trabalhadores muito jovens que estão no campo e migram para a cidade, mas ainda não ingressaram no mercado formal; já a população estagnada engloba trabalhadores submetidos a condições absolutamente degradantes e que recebem salários baixíssimos”.

## A PRIMAVERA BRASILEIRA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

A política neodesenvolvimentista aplicada no Brasil pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva possibilitou uma transformação no cenário trabalhista. O Governo Federal optou como meta prioritária investir na capacitação da mão-de-obra através do desenvolvimento do Ensino Superior. Assim, foi criado o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que possibilitou o surgimento de novas Universidades, sobretudo em regiões interiores do País, bem como o aumento do número e da variedade dos cursos superiores, acarretando na elevação do quantitativo de vagas disponibilizadas. Além disso, a criação de ações afirmativas direcionadas às minorias garantiu um maior ingresso de negros (pretos e pardos), indígenas, deficientes e estudantes de baixa renda no contexto universitário, muito também em virtude da criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e da ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Dessa forma, é possível afirmar que esse governo buscou a universalização do Ensino Superior, tornando as Universidades um ambiente mais heterogêneo e acessível à população brasileira (BORTOLANZA, 2017).

Apesar do alto investimento destinado à capacitação da mão-de-obra, pode-se afirmar que não houve uma preparação adequada para que o mercado absorvesse esses profissionais. Assim sendo, os trabalhadores com alta formação acabaram sendo destinados a setores de serviços, normalmente terceirizados, ocupando postos de trabalho que exigiam menor qualificação profissional, resultando em empregos com baixíssimos salários e grande rotatividade.

Segundo Braga (2013), grande parte desse precariado estava anteriormente desempregado e, no período do neodesenvolvimentismo, foi integrado ao mercado formal. Com isso, houve uma redução significativa nos índices de desemprego no Brasil, passando de 12,3% em 2003 para 5,5% em 2012 (SILVA; PIRES, 2014). Apesar de estar empregado, esse indivíduo não se percebia como membro de uma classe trabalhadora, resultando na falta de engajamento em organizações sindicais e no estabelecimento de relações muito superficiais dentro do ambiente de trabalho (ARAÚJO; MORAIS, 2017). O perfil do precariado brasileiro influenciou direta-

te no tipo de envolvimento político adotado no seu cotidiano, mostrando-se um indivíduo sem muita clareza e compreensão sobre o seu papel enquanto cidadão dentro da sociedade contemporânea.

A crise econômica de 2008 repercutiu fortemente no Brasil no ano seguinte, influenciando no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) (-0,3%), além de aumentar a taxa de desemprego de 8,1%, freando assim um processo de queda que vinha acontecendo desde 2003 (IPEA, 2020). Entretanto, a ampliação da política de incentivo ao consumo adotada pelo Governo Lula se mostrou eficiente e contribuiu para a recuperação econômica do país em 2010, com o PIB atingindo 7,5% e havendo a retomada do processo de redução da taxa de desemprego (6,9%).

A eleição de Dilma Rousseff para a Presidência do Brasil trouxe a esperança da manutenção da política vigente e da continuidade do crescimento econômico. Porém, o ano de 2012 evidenciou a primeira crise do Governo Dilma, muito influenciado pela crise internacional e pela redução do nível de consumo da população brasileira, levando o país a um PIB de 1,9%, tendo nos setores de serviços (1,7%), indústria (-0,8%) e agropecuária (-2,3%) alguns dos que apresentaram maior retração (G1, 2013). Entretanto, a taxa de desemprego continuou decrescendo e chegou a 5,5%.

O ano de 2013 foi marcado por uma série de manifestações de rua em diferentes Estados brasileiros. De acordo com Cardoso e Di Fátima (2013), o primeiro deles ocorreu na cidade de Porto Alegre-RS no mês de fevereiro e foi organizado pelo grupo Bloco de Luta a partir das redes sociais (como o Facebook). Essa manifestação reuniu cerca de 200 pessoas que reivindicavam contra o aumento das passagens do transporte público. O movimento não conseguiu ter sua reivindicação atendida, levando à realização de novas manifestações de rua e que culminou na obtenção de uma liminar judicial que revertia o reajuste das passagens, levando cerca de 10 mil pessoas às ruas para a comemoração.

Os meses seguintes foram marcados por manifestações similares em diversas cidades do Brasil. A principal delas ocorreu no dia 03 de junho e foi convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL), um grupo que se definia como “horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não anti-partidário” (SCHERER-WARREN, 2013, p. 419). Essa manifestação, pelo menos inicialmente, tinha novamente como pauta a

reivindicação de parte da população contra o aumento das passagens dos transportes públicos em São Paulo. Entretanto, ao longo do tempo, as manifestações acabaram tomando uma dimensão muito mais ampla em comparação ao que havia sido planejado pelo MPL. De acordo com Pinto (2017, p. 129-130),

Se há uma característica capaz de definir as manifestações de rua de 2013 no Brasil é a diversidade de pessoas que delas participavam e que se revela em uma flagrante fragmentação discursiva. Estavam nas ruas: o Movimento Passe Livre em São Paulo, próximo ao PT; os Black Blocs, com performances violentas de ação direta, autodenominando-se anarquistas; bancários e professores das redes estaduais, reivindicando melhores salários; jovens de classe média posicionando-se contra a corrupção, os partidos políticos e o governo Dilma; médicos revoltados com os programas de saúde do governo para o atendimento à população carente; grupos minoritários clamando pela volta dos militares; jornalistas da Rede Globo de televisão defendendo o direito do “cidadão de bem” de se manifestar.

Essa pluralidade na composição do movimento também gerou um número elevado de pautas de reivindicações. A primeira delas, a qual deu origem aos protestos, pleiteava o passe livre para todos os estudantes, o congelamento dos preços das passagens e um transporte de qualidade. Além disso, o movimento pedia também a criação de leis mais severas para o combate à corrupção. Por sua vez, profissionais da saúde incluíram também como pauta a reivindicação por maiores investimentos para a área e melhores condições de trabalho. Por outro lado, os manifestantes se mostraram contrários a dois projetos que estavam tramitando no Congresso Nacional. O primeiro deles, o Projeto de Emenda Constitucional nº 37 (conhecida como PEC 37 ou PEC da impunidade), tinha como objetivo proibir o Ministério Público de conduzir investigações criminais, destinando essa atividade exclusivamente às forças policiais (LEMOS; BARROS, 2016). O segundo se tratava do Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011, que ficou conhecido como o Projeto de “Cura Gay”. De autoria do deputado federal João Campos, esse projeto propunha autorizar profissionais da Psicologia a oferecer tratamento a pacientes diagnosticados com transtorno de orientação sexual (VILLELA et al., 2020). Além destas, outras pautas que nortearam as manifestações de junho foram: fim do foro privilegiado, melhorias na segurança pública, reforma política, dentre outros.

O aumento no engajamento da população despertou a preocupação dos órgãos de segurança

pública nas diversas cidades do Brasil. Durante os protestos, muitos estabelecimentos comerciais foram depredados e/ou saqueados por vândalos que se infiltraram dentro das manifestações. Para conter essa situação, as forças policiais começaram a tentar reprimir o movimento, utilizando muitas das vezes de força desproporcional. Exemplo disso foi a manifestação do dia 13 de junho, evento que ficou marcado pela violência policial exagerada contra manifestantes e jornalistas na cidade de São Paulo e que acabou motivando a adesão de um quantitativo cada vez maior de participantes nas manifestações, culminando no montante de 1 milhão de pessoas que saíram às ruas em 228 cidades brasileiras no dia 20 de junho de 2013 (PINTO, 2017).

Baseado nesses números, pode-se considerar a Primavera Brasileira como um dos principais movimentos de rua da história recente do Brasil (FERREIRA-FILHO; FRAGA, 2020). Nessa perspectiva, autores como Braga (2013) e Singer (2013) destacam que grande parte dos integrantes dos protestos tinham como característica comum a sua condição de proletariado precarizado. Por essa razão, cabe realizar aqui uma análise mais aprofundada acerca da atuação do precariado dentro das manifestações de junho de 2013.

## O PAPEL DO PRECARIADO NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Considerando a grande insatisfação da população com o modelo de gestão governamental do País na época, vários inconformados, entre eles o precariado, protestaram nas ruas utilizando palavras de ordem como *não é só pelos 20 centavos* e *o gigante acordou* (CARDOSO; DI FÁTIMA, 2013). Como visto anteriormente, esse movimento não possuía as mesmas características de outros movimentos de rua, seja pelo seu distanciamento das representações sociais tradicionais (como os partidos políticos e os sindicatos), seja pelo método adotado para coordenar as suas ações, realizadas em sua maioria através de redes sociais, como o Facebook. A falta de uma organização enquanto classe fez com que o precariado, preocupado exclusivamente em melhorar suas condições de vida, não tomasse consciência do todo complexo que envolvia as manifestações de junho de 2013.

De acordo com Harvey (2013), a consciência de classe se dá por meio da construção e das lutas dos próprios trabalhadores diante de suas necessidades reais. Para atingir o protagonismo

de sua própria emancipação frente ao sistema de exploração existente, é preciso que a classe trabalhadora fortaleça suas organizações sociais, tais como sindicatos, conselhos e associações. Segundo Coutinho, Krawulski e Soares (2007), essas organizações vêm sendo enfraquecidas, cooptadas e modificadas pelo sistema para responder às demandas do capital, atingindo assim a subjetividade do trabalho e afetando a sua identidade de classe.

Por conta das precarizações nas relações de trabalho, Antunes (2003) afirma que os sindicatos tiveram que se posicionar de forma mais defensiva, abandonando seus traços anticapitalistas, na luta pela manutenção dos direitos das categorias. Na compreensão desse autor, o capital corrompe a classe trabalhadora ao manipulá-la e ao fazer com que ela viva em função do próprio capital, seja pela exploração de sua mão-de-obra, seja pela excessiva motivação ao consumismo e à alienação. A crise do mundo do trabalho fez com que a classe trabalhadora se tornasse heterogeneizada, fragmentada e complexa, dificultando assim sua organização e o rompimento das barreiras do capitalismo (CEOLIN, 2014).

De acordo com Braga (2013), essa nova configuração da classe trabalhadora foi o esteio das manifestações de rua ocorridas no Brasil em junho de 2013. Dados referentes aos protestos ocorridos no Rio de Janeiro mostram que 70,4% dos manifestantes estavam empregados; destes, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos (SINGER, 2013). Com relação à idade, observou-se que os participantes tinham em média 28 anos, o que coincide com a principal faixa etária dos indivíduos que ingressaram no mercado de trabalho entre os anos de 2003 e 2013.

Domingues (2019) buscou traçar o perfil dos participantes das manifestações de junho de 2013. Segundo esse autor, o movimento era composto por representantes de uma classe média tradicional, inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional, e também por trabalhadores, em geral jovens, com emprego formal, de baixa remuneração, alta rotatividade e condições precárias de trabalho. Além disso, a maioria dos manifestantes tinha nível de escolaridade alto e possuía renda familiar de até cinco salários mínimos, dados que justificam a sua categorização enquanto precariado.

Singer (2013) afirma que é preciso compreender as manifestações de junho de 2013 dentro do contexto do mundo do capital. Assim como observado em outros países, especialmen-

te na Europa, esses protestos evidenciaram primeiramente um sentimento de frustração da população com os governantes e com a política em geral. Por outro lado, esse movimento foi precedido pelas lutas dos operários das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (em 2011), pelas lutas dos indígenas contra a reforma do Código Florestal (2011 e 2012) e pela greve do funcionalismo público e das universidades (em 2012) (TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Nesse mesmo período ocorreram também lutas e greves à revelia de direções sindicais em diversas categorias, como garis, rodoviários e trabalhadores da educação, bem como protestos contra os gastos públicos com a realização da Copa do Mundo da FIFA e das Olimpíadas.

Brito (2016) estabelece uma relação identitária através de alguns traços característicos do momento em questão com vários movimentos, ações e atividades ocorridas nos anos pós-Junho/2013,

[...] como a composição por um setor precarizado, marginalizado e subalterno no sistema político; a retomada das ruas como espaço de atuação política reivindicativa diante do descontentamento/desconfiança popular com a política parlamentar; modalidades de ação coletiva radicalizadas, como bloqueios, ocupações, depredações de patrimônio, desobediência às ordens policiais, resistência à dispersão e enfrentamento com tropas militares, entre outras; a ampliação do entendimento da violência como elemento constitutivo das práticas de resistência em contextos de dominação pela força; instituição de formas organizativas autônomas e horizontais alternativas às estruturas oficiais de representação e até mesmo a expressão da autoconsciência de classe, que se revela no direcionamento das ofensivas à dominação do capital e à intransigência e opressão do Estado (BRITO, 2016, p. 10).

Harvey (2013) afirma que os protestos ocorridos em junho de 2013 (assim como os que desencadearam a Primavera Árabe, *Occupy*, entre outros movimentos mundiais) estão no epicentro da crise do capital mundial, que envolve a crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, os desequilíbrios do próprio sistema e o crescimento explosivo de divisões e exclusões sociais. Augusto, Rosa e Resende (2016), por sua vez, acreditam que esses protestos são apenas novas formas de expressão da democracia dentro do Estado neoliberal. A partir dessa perspectiva, é possível observar que as manifestações ocorridas em junho de 2013, independente dos resultados obtidos em relação às suas reivindicações, representou a necessidade da juventude de ocupar as ruas e transformar a história do

seu próprio país (MELO, 2014).

## OS DESDOBRAMENTOS DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

As manifestações de rua ocorridas em 2013 comprovaram a força desse instrumento político-social na definição de políticas públicas para a sociedade. Prova disso foi o surgimento do Programa “Mais Médicos”, criado para atrair médicos do exterior (especialmente de Cuba) com vistas a melhorar o Sistema Único de Saúde (SUS). O Governo Dilma Rousseff também conseguiu aprovar um projeto de lei que destinava parte dos recursos obtidos com o pré-sal para a educação e a saúde. Outra conquista importante desse período foi a promulgação da Lei nº 12.846/2013, apelidada como Lei Anticorrupção, criada com o objetivo de responsabilizar civil e administrativamente empresas públicas e privadas por prática de atos contra a administração pública. A pressão popular das ruas também conseguiu que o Congresso Nacional rejeitasse a PEC 37 (ou PEC da impunidade) e o Projeto de “Cura Gay”.

Apesar da conquista de algumas proposições, várias outras ficaram desprovidas de ações devido às condições políticas que o Brasil enfrentava naquele ano e que se estenderiam até os dias de hoje. Exemplo disso foram as propostas relacionadas ao setor de transportes, à reforma política e ao fim do foro privilegiado. Diferentemente da proposta inicial, as manifestações já ao final do mês de junho acabaram tomando um viesamento para o campo da política, com a criação de um cenário de responsabilização da crise do Brasil a um único partido político, o Partido dos Trabalhadores, e ao convencimento da população de que o Brasil passava por uma grave crise moral, evidenciada pelo crescimento alarmante do número de casos de corrupção dentro do Governo (PINTO, 2017). Dessa forma, foi possível verificar que alguns protestos acabaram sendo apropriados de forma oportunista por certos personagens e/ou grupos políticos, especialmente vinculados às alas mais conservadoras. Nesse cenário, o MPL decidiu retirar-se do movimento, o que acarretou no esvaziamento natural e progressivo das ruas (CAVALEIRO DA LUZ, 2015).

Para Bringel (2016), as manifestações de junho de 2013 inauguraram um novo ciclo político no País, já ocorrido anteriormente em outros locais do mundo, o qual produziu uma abertura

societária que permitiu o surgimento de novos espaços, atores e formas de organizações. O cenário posterior a esse período culminou em manifestações mais específicas, relacionadas com as implicações da realização de grandes eventos esportivos no Brasil, como a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016. Além disso, o processo eleitoral em 2014 acabou configurando-se como um marco para o acirramento das polarizações ideológicas que tomou conta do cenário político brasileiro, algo que se vê refletido até os dias atuais e que culminou no *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff e no início do Governo Temer.

Diante de uma crise mundial do capital, a resposta da burguesia ocorreu através de grandes ataques à classe trabalhadora, já que o Estado não estava assumindo a sua função de provedor, mas sim, de regulador de direitos e de políticas sociais (SCHAPIRO, 2018). Mesmo em meio a protestos, greves e grandes manifestações no País, o Governo Temer conseguiu a aprovação de pautas austeras, como a Lei da Terceirização para Atividades Fim (Lei nº 13.429/2017) e a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), o que culminaria com o crescimento do número de trabalhadores precarizados, ou seja, do precariado.

Todo esse discurso popular anti-partido e anti-sistema teve resposta nas urnas durante as eleições presidenciais de 2018. De forma surpreendente, a população brasileira elegeu o candidato mais alinhado à direita conservadora do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e que contava com verba partidária reduzida e com pouco tempo de exposição na mídia convencional. Esse período eleitoral foi marcado também pelo movimento anti-PT, liderado especialmente por organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, movimentos sociais de direita e que se valeram da experiência vivenciada durante as manifestações de 2013 para confirmar a Internet e as redes sociais como o maior instrumento de mobilização política da atualidade (AZEVEDO JÚNIOR; BIANCO, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todos os aspectos apontados anteriormente, pode-se constatar que, mesmo diante de um processo alienante orquestrado e operacionalizado pelas grandes oligarquias, foi impossível impedir a realização de protestos e de rebeliões em várias partes do mundo dian-

te da nova ordem social e dos podres poderes impostos à sociedade. De acordo com Harvey (2013), esses protestos devem nos recordar da necessidade de pensar alternativas também globais para a solução desses problemas. Sendo assim, foi possível constatar nesse estudo que as manifestações de junho de 2013 demonstraram a necessidade que a população tem de ocupar as ruas e de sentir seus protestos ouvidos e reconhecidos, mesmo estando à margem das conquistas políticas, econômicas e sociais. Contudo, os protestos acabaram deixando um espaço considerável para que novos personagens assumissem o protagonismo da nação e, no melhor dos cenários, conduzissem para uma mudança societária que promovesse a real transformação nas classes mais empobrecidas e marginalizadas no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **CADERNOS DE Psicologia Social do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.
- ASSAD, Leonor. Precariado: uma nova classe social ou o proletariado que se transforma? **Notícias do mundo**, s.n., p. 17-18, 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v66n3/v66n3a09.pdf>. Acessado em 02 de jun. 2021.
- AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 40, p. 21-37, jan./jun. 2016.
- AZEVEDO JUNIOR, Aryovaldo de Castro; BIANCO, Erica Cristina Verderio. O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 88-111, 2019.
- BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do Ensino Superior Brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. IN: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., Mar del Plata (Argentina), 2017. **Anais...** Mar del Plata (Argentina): UFSC/UNMP, 2017. p. 1-16. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101\\_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acessado em 03 de jun. 2021.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia Lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. Sob a sombra do precariado. IN: VALNER, Carlos; HARVEY, David; MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 79-82.
- BRINGEL, Breno. 2013-2016: polarização e protestos no Brasil. 2016. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/breno-bringel/2013-2016-polariza-o-e-protestos-e-no-brasil>. Acessado em 03 de jun. 2017.
- BRITO, Luciana. Junho de 2013, novembro de 2015: as escolas de luta da juventude do proletariado marginal. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: Trabalho, Crise e Políticas Sociais na América Latina, 10., Marília-SP, 2016. **Anais...** Marília: UNESP, 2016, p. 1-12. Disponível em: [http://www.estudosdotrabalho.org/x\\_sem2016/artigos/3A-06.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/x_sem2016/artigos/3A-06.pdf). Acessado em 02 de jun. 2021.
- CARDOSO Gustavo; DI FÁTIMA, Branco. Movimento em rede e protestos no Brasil: qual gigante acordou? **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 143-176, maio/ago. 2013.
- CAVALEIRO DA LUZ, Anderson. As manifestações políticas em junho de 2013 no Brasil: análises que polarizam as redes de internet. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília: Brasília, 2015.
- CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 118, p. 239-264, 2014.
- COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 29-37, 2007.

- DOMINGUES, Letícia Birchal. Junho de 2013: atores, práticas e gramáticas nos protestos em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 204 p., 2019.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil dos anos 90. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002.
- FERREIRA-FILHO, Helder Lara; FRAGA, Jefferson S. Primavera brasileira: antecipação do fim de um ciclo. *Revista de Economia do Centro-Oeste*, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 28-50, 2020.
- G1. 2012 foi ano de crise, mas economia já está acelerando, diz Mantega. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/2012-foi-ano-de-crise-mas-economia-ja-esta-acelerando-diz-mantega.html>. Acessado em 03 de jun. 2021.
- GONÇALVES, Renato. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço e Social & Sociedade*, n. 112, p. 637-671, out/dez. 2012.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. IN: VAINER, Carlos; HARVEY, David; MARICATO, Erminia et al. (Org.). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, s.p.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Dados Estatísticos*. Brasília: Ipea, 2020.
- LEMONS, Cláudia R. F.; BARROS, Antonio T. Lutas simbólicas na arena midiática: o poder da agência do Ministério Público e as controvérsias sobre a PEC 37. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 702-738, dez. 2016.
- MANDEL, Ernest. *A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MARGATO, Rodolfo. Crise atual do Brasil é a pior desde 1929. 2016. Disponível em: <http://capitalismo-social.blogspot.com.br/2016/09/crise-atual-do-brasil-e-pior-desde-1929.html>. Acessado em 03 de jun. 2021.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MELO, Franklin Rabelo de. Junho de 2013: base econômica, sujeito social e processo político. TCC (Bacharel em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB), 51 p, 2014.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, Vitória, v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- O GLOBO. Após crise global estourar em 2008, bancos receberam socorros bilionários. 2014. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-crise-global-estourar-em-2008-bancos-receberam-socorros-bilionarios-13495994>. Acessado em 03 de jun. 2021.
- PINTO, Célia R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, São Paulo, v. 100, p. 119-153, 2017.
- SAMPAIO JR., Plínio. Desenvolvimentismo e neo-desenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.
- SCHAPIRO, Mario G. Do Estado Desenvolvimentista ao Estado Regulador? transformação, resiliência e coexistência entre dois modos de intervenção. *Revista Estudos Institucionais*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 574-614, dez. 2018.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, mai./ago. 2014.
- SILVA, Fábio José Ferreira da; PIRES, Leandro Siani. Evolução do Desemprego no Brasil no Período 2003-2013: Análise Através das Probabilidades de Transição. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2014. p. 3-32. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD349.pdf>. Acessado em 03 de jun. 2021.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 97, p. 23-40, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

THERBORN, Göran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, n. 6, p. 122-169, 2001.

VICENTE, Eliane. Nova classe média: um delírio coletivo?. IN: BARTELT, Dawid Danilo. (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p. 84-95.

VILLELA, Gabriel M. M.; GIORGI, Maria C.; ALMEIDA, Fabio S.; VARGENS, Dayala P. DE M. Documentos jurídicos, “cura gay” e legitimação do heterossexismo: uma análise discursiva do PDC 234/2011. **Letrônica**, v. 13, n. 2, p. e36006, fev. 2020.